

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
  - 1.1 – Plenário
  - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 2.1 – Comissões
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/8/2017

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.843/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita a inserção nos anais da Casa da carta do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC – sobre a Empresa Brasil de Comunicação – EBC – e a comunicação pública brasileira. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.177/2016, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de *Minas Gerais* – Deer-MG – pedido de informações sobre a retomada das obras e a situação atual do trevo da Rodovia MG-431 que liga os Municípios de Itaúna e Itatiaiuçu, licitadas em 2013 e registradas sob o nº 068/2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.422/2016, da Comissão Extraordinária das Mulheres, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre a situação socioeconômica das trabalhadoras do campo no Estado,

especialmente no que se refere ao prazo de execução e à fase atual de organização do estudo, com envio a esta Casa, se possível, da produção existente até o momento sobre o tema. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, de Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, de Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, de Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, de Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – Deer-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, de Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, de Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

### **2ª Fase**

#### **(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/8/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.163/2017, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 7.515/2017, do deputado Gilberto Abramo; 8.045/2017, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater o atentado ocorrido contra a Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira de Canabrava, localizada no Município de Buritizeiro, cuja suspensão judicial de mandato de reintegração de posse foi descumprida pela Polícia Militar.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado; Projetos de Lei Complementar nºs 7 e 27/2015 e Projetos de Lei nºs 947, 1.922, 2.517 e 2.518/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.844/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Noraldino Júnior; 3.141/2015, do deputado Thiago Cota; 3.443/2016, do deputado Fred Costa.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno, Projeto de Lei nº 4.398/2017, do governador do Estado; em turno único, Projeto de Lei nº 1.689/2015, do deputado Tony Carlos; no 1º turno, Projetos de Lei nºs 666/2015, do deputado Fred Costa; 2.733/2015, do deputado Tony Carlos; 3.312/2016, do governador do Estado; 3.562/2016, do deputado Rogério Correia; 3.859/2016, do deputado Tito Torres; 3.893/2016, do deputado João Magalhães; 3.976/2017, do deputado Fred Costa; 4.134/2017, do deputado Cássio Soares; 4.144/2017, do deputado Adalclever Lopes; 4.191/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.352 e 4.353/2017, do deputado Leonídio Bouças; e 4.450/2017, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 2.146/2015, do deputado Elismar Prado; 3.856/2016, do deputado Braulio Braz; 3.895/2016, do deputado Elismar Prado; 4.014/2017, do deputado Ivair Nogueira; 4.107/2017, do deputado Cabo Júlio; 4.131/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.133/2017, do deputado Arlen Santiago; 4.141/2017, do deputado Ulysses Gomes; 4.142/2017, do deputado Carlos Pimenta; 4.155/2017, do deputado Paulo Guedes; 4.156/2017, do deputado Thiago Cota; 4.171/2017, do deputado Carlos Pimenta; 4.172/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.181 e 4.193/2017, do deputado Ivair Nogueira; e 4.351/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 3.918/2016, do deputado Rogério Correia; 3.951/2016, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 4.066/2017, do deputado Duarte Bechir.

Requerimentos n°s 7.886/2017, do deputado Ivair Nogueira; 8.060/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.204 e 8.205/2017, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/8/2017**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/8/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 7.804/2017, do deputado Ulysses Gomes; 8.063/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.084 e 8.086/2017, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/8/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 1.431/2015, do deputado Arlen Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei n.º 23.484**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

João Leite, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Santana e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei n.ºs 3.834/2016, do deputado Cássio Soares e 3.969/2016, do deputado Roberto Andrade; de votar, em turno único, os Requerimentos n.ºs 4.822/2016, da Comissão de Minas e Energia; 5.867/2016, 7.098, 7.117, 7.118 e 7.121/2017, do deputado Elismar Prado; 6.277/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 7.201, 7.202, 7.484 a 7.486, 7.488, 7.492 a 7.494 e 7.522 a 7.526/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 7.409 e 7.672 a

7.676/2017, da deputada Ione Pinheiro; 7.443, 7.445, 7.446 e 7.450/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.591 a 7.594/2017, do deputado Douglas Melo; e 7.823/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

Fábio Cherem, presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

Tiago Ulisses, presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

##### **Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Arlete Magalhães e os deputados Durval Ângelo, Fábio Cherem e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

João Leite, presidente *ad hoc*.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater as violações de direitos humanos das mulheres atingidas por barragens e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

Cristiano Silveira, presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

##### **Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Antonio Lerin, Gil Pereira e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2017, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2017.

João Vítor Xavier, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****DISCURSOS PROFERIDOS NA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2017**

O deputado André Quintão\* – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, de fato, essa questão da Cemig é de alta relevância. Logo após a nossa fala, teremos o deputado Rogério Correia, 1º-secretário, que está acompanhando toda essa mobilização, e não é a mobilização simplesmente partidária, mas a mobilização daqueles segmentos comprometidos com o Estado de Minas Gerais. Causa-me estranheza aqui a posição do deputado que me antecedeu, que discuti a ata, porque, agora é o momento da união de Minas, agora é o momento de Minas exigir seus direitos. Sabemos que, se não equacionarmos bem essa situação, a conta poderá recair ou recairá de fato no bolso do consumidor, porque é evidente que as empresas que assumirem as três usinas vão querer transferir para a conta o dispêndio financeiro que, eventualmente, elas terão caso ocorra o leilão e caso elas sejam vencedoras. A Cemig vai fazer a sua parte. É evidente que vai também, em alguma medida, remunerar o governo federal.

O deputado Rogério tem colocado com muita clareza que é questão agora de união do Estado de Minas Gerais, assim como é uma questão de união do Estado de Minas Gerais a discussão do acerto de contas na comissão tão bem presidida pelo deputado Tadeu Martins Leite. Vejam bem, Minas Gerais deve R\$90.000.000.000,00, e o governo federal deve R\$135.000.000.000,00 para o Estado. Então temos um crédito de R\$45.000.000.000,00.

Para que o telespectador da TV Assembleia tenha ideia do que isso significa, Minas Gerais despense, aproximadamente, de R\$400.000.000,00 de juros e amortização de parte da dívida com a União. Isso aí é em torno de R\$5.000.000.000,00 para R\$6.000.000.000,00, por ano, de dispêndio. Vamos pegar a parcela mensal, R\$400.000.000,00. O piso mineiro da assistência social, que é o valor que o Estado repassa todo mês para os 853 municípios, gira na ordem de R\$55.000.000,00. Então é como se o Estado de Minas Gerais pagasse todos os meses para a União, nessa agiotagem da dívida, cinco vezes tudo o que o Estado gasta por ano com todos os municípios na área da assistência social. Então, em vez de estarem juntos conosco, exigindo do governo federal o acerto de contas, exigindo do Congresso Nacional, da comissão especial o projeto de lei recomendado pelo Supremo Tribunal Federal para definir a forma dessa compensação, setores da oposição vêm enfraquecer a luta, dizendo que essa luta não vai ter resultado, que é mais uma demagogia. Agora, defender o ressarcimento pela União de R\$45.000.000.000,00 é demagogia, defender as usinas da Cemig é demagogia, ou seja, defender o interesse. E aqui não é o interesse de um governador ou de um partido, é o interesse do povo de Minas Gerais.

Vou repetir a questão da dívida com a União. O que Minas Gerais paga por mês de juros e serviços de amortização da dívida é seis vezes o gasto por ano com o repasse para todos os municípios a título do Piso Mineiro de Assistência Social. Imaginem! Nós poderíamos aumentar, e muito, o valor destinado à assistência social caso o encontro de contas fosse feito. Imaginem se a Cemig perder essa queda de braço com o governo golpista! Haverá o risco do bolso do consumidor mineiro ser afetado com o pagamento da conta de luz. Sinceramente!

As pessoas aqui me conhecem, sabem que fui da oposição durante anos na Assembleia e votei projetos dos governos anteriores quando tratavam de boa iniciativa voltada para a população. Lembro-me de recursos destinados a um programa de máquinas, ao Processo, que sempre contou com a aprovação da oposição. Durante uma solenidade, um ex-governador elogiou a oposição porque ela votou a favor de projetos que permitiam ao governo realizar, por exemplo, o programa de asfaltamento, o Processo. Coerência nós temos. Agora, defender o Estado de Minas hoje é ser demagogo. Aí não! Como eu disse, segundo um espírito democrático, a oposição tem de criticar, identificar eventuais falhas que ocorrem em qualquer governo. Isso é natural. Agora, enfraquecer a luta em defesa da Cemig, a luta pelo acerto de contas, torcer para tudo dar errado, para o quanto pior melhor não contribui para nada. Imaginem o cidadão que mora numa região longínqua, onde o prefeito precisa de recursos do governo de Minas!

Esta é uma semana de várias entregas e realizações do governo estadual. Temos dia a dia uma agenda de políticas públicas chegando aos municípios nas áreas do esporte, da saúde, da assistência social. Aliás, nesse período de julho, o governador aprovou e sancionou um projeto que teve o aval – aí sim – de todos os deputados desta Casa. Destaco que houve votos de deputados e de deputadas da oposição. Foi o primeiro programa público de fortalecimento da rede socioassistencial, da rede privada sem fins lucrativos da assistência social: o programa Rede Cuidar. Tivemos duas leis sancionadas em julho: o programa Rede Cuidar e o programa de assistência estudantil para a Uemg e a Unimontes. São programas públicos aprovados pela Assembleia em momento de crise fiscal.

Nos últimos 15 dias, eu andei em várias regiões, aproveitando as duas semanas de julho sem reuniões ordinárias, e percebi que, em todos os municípios, as lideranças locais, os movimentos sociais e os prefeitos estão irmanados à Assembleia Legislativa na luta contra a reforma da previdência. Felizmente, esse vendaval, esse vagalhão de denúncias contra o governo golpista arrefeceu um pouco o ânimo para a aprovação da proposta de reforma da previdência, que, entre outras maldades, altera o critério de acesso ao chamado Benefício de Prestação Continuada, que destina um salário mínimo mensal à pessoa idosa ou deficiente. As pessoas com 65 anos e muito pobres têm esse direito. Com a reforma, precisariam ter 70 anos para receber o benefício.

Deputado Rogério Correia, ontem o governo Temer cogitou aumentar o Imposto de Renda. Cheguei a fazer esse anúncio pela manhã, deputado Dalmo, como forma de compensar, talvez, o rombo causado pelo gasto com o bloqueio da ação contra ele na Câmara dos Deputados.

O presidente Temer tem em Minas o apoio dos partidos que são oposição ao governador Pimentel. Fico imaginando os partidos que são oposição ao nosso governo defendendo o aumento do Imposto de Renda proposto pelo governo Temer para prejudicar ainda mais os brasileiros. Os pobres já estão na lona com a reforma trabalhista, com a jornada de trabalho de 12 horas.

Queria fazer uma denúncia em relação ao Bolsa Família, que é um programa universal criado pelo ex-presidente Lula. A lógica do programa é: se a família está no critério, ela entra. O que está acontecendo agora? Aumentou o número de famílias com direito ao Bolsa Família. Por quê? Porque infelizmente a pobreza está voltando. O desemprego já chegou a 14 milhões de brasileiros e brasileiras.

Há a Emenda Constitucional nº 95, que congela gastos por 20 anos, então o governo federal não tem dinheiro para sustentar os programas sociais redistributivos e que amenizam os impactos da crise econômica internacional. Hoje há um universo de 700 mil famílias a serem incluídas e beneficiadas pelo Bolsa Família, e o número de ingressos no programa é de 150 mil a 180 mil famílias. Quase 500 mil famílias deveriam estar no Bolsa Família, mas não estão em razão das medidas de contingenciamento e de ajuste fiscal do governo Temer e do PSDB no plano federal. Isso é muito grave.

Em Minas Gerais, felizmente, o governador Fernando Pimentel não aderiu à chantagem do governo federal, que esticou a mão para o Estado, mas na mão não havia ajuda, havia um chicote. O governo federal, para renegociar a dívida, estava exigindo demissão, exigindo que nenhum novo concursado fosse chamado, que não houvesse abertura de concurso público, que dobrasse a contribuição previdenciária do servidor, a privatização da Cemig e nenhuma expansão de política pública social. Acho que o governo Temer pensou: “Acho que as coisas estão indo bem lá em Minas, então temos de transformar aquele Estado, fazendo mal a Minas como estamos fazendo ao Brasil. Vamos fazer o mal em Minas, como estamos fazendo no Brasil. Quem sabe, aquele governador lá, para sanear esse empréstimo, essa dívida com a União, tope fazer maldades em Minas, como estamos fazendo no plano federal”.

É lógico que o governador Fernando Pimentel, sua base aliada e todos os que defendem um governo democrático e popular não aceitaram essas condições, e aprovamos aqui a recuperação fiscal, aprovamos a renegociação de dívidas, aprovamos o fundo de ativos imobiliários. Apresentamos uma alternativa fiscal, apesar do momento de dificuldades – todos nós reconhecemos isso –, mas sem transferir para o ombro do servidor público, da pessoa mais pobre, do prefeito ou da prefeita do interior o ônus do desajuste econômico, fiscal e social que o governo federal vem implementando com vigor em nosso país.



Portanto, o momento é de convocação. Temos de deixar essas questões menores, questões partidárias, questões eleitorais antecipadas, questões de disputa política ou de poder para o debate no momento mais adequado. Temos de estar todos unidos em nome de Minas, em nome do acerto de contas com o governo federal, em defesa não simplesmente da Cemig, em defesa do poder aquisitivo do cidadão que paga sua conta de luz, em defesa do município mais distante de Minas Gerais que precisa dos repasses das políticas públicas sociais. É esse o movimento que a Assembleia Legislativa de Minas deve fazer e está fazendo, guiada tão bem pelo nosso presidente Adalclever Lopes. É o que o governador Fernando Pimentel tem feito, é o que os líderes dos partidos que compõem a base aliada desta Casa também têm feito.

Quero discordar do líder da oposição, que discutiu a ata, e dizer que a hora, agora, é de união, e não de disputa política menor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia\* – Deputado Dalmo, nosso presidente, é uma honra tê-lo aqui na direção dos nossos trabalhos e poder ocupar a tribuna no dia de hoje para fazer repercutir a nossa ida ontem a Brasília – fui representando a Frente Mineira em Defesa da Cemig, e o presidente Adalclever Lopes foi representando a Assembleia. Fiz questão de vir aqui hoje para reproduzir, deputado Antônio Jorge, a nossa ida a Brasília.

Deputadas e deputados, senhores e senhoras, nossa bancada da imprensa, querem retirar de Minas Gerais a joia da coroa, a Cemig. Minas já sofreu muito com o processo de privatização. Já tiraram de nós o Bemge, o Credireal – em que a deputada Marília Campos foi servidora, quando era um banco do Estado –, o Minas Caixa. Nós temos a Cemig em parte, a Copasa, a Codemig, o BDMG, mas não temos a Vale do Rio Doce nem a Telemig. Minas perdeu muito porque muitos setores foram privatizados. A privatização nunca fez bem ao nosso povo. Agora, imaginem o setor elétrico ser privatizado. É disso que se trata o leilão das empresas da Cemig.

Venho à tribuna hoje fazer repercutir esse fato e chamar a unidade do povo mineiro e da Assembleia Legislativa para defender a Cemig. Não quero reproduzir polêmicas entre partidos ou entre situação e oposição. Acho que quem faz isso neste momento, deputado Gustavo Valadares, quer, na verdade, não resolver o problema da Cemig, mas aprofundar divergências para que ela tenha prejuízo. Às vezes, ele não quer, mas o sentido acaba contribuindo para isso, porque, se você não une quando há concordância para defesa de algo e continua atacando determinado processo em vez de estar unido, acaba contribuindo para a perda de algo que tem. Esse é o caso da Cemig.

Não me interessa saber de quem foi a culpa, se a medida provisória foi boa ou ruim, se a presidenta Dilma devia fazer uma medida provisória ou não, se o governador Anastasia deveria ter assumido a medida provisória como outros fizeram ou não. Tenho a minha opinião sobre esse assunto, mas ela é irrelevante no caso posto hoje, que é a defesa da Cemig.

Deputados e deputadas, felizmente, sugerimos um abaixo-assinado entre os deputados, que não é apenas dos deputados e das deputadas. Estou angariando assinatura, no caso, deputado Antônio Jorge, da Assembleia Legislativa. Já temos 50 assinaturas de deputados e deputadas favoráveis à Cemig e contrários ao seu leilão. O abaixo-assinado é apenas isso. Ele não entra, deputado Gustavo Valadares, no assunto de quem tem ou quem não tem razão, porque isso pode ser defendido por um partido ou por outro e é uma boa tese polêmica de discussão.

Quero convidar todos os deputados e deputadas para assinar o manifesto singelo, que diz: “Não podemos permitir que as usinas da Cemig sejam leiloadas, porque a Cemig sairá perdendo”. Apenas isso. Em resumo, esse é o texto. Esse texto está sendo assinado também, além dos 50 deputados e deputadas, pelos deputados da oposição e da situação.

Vários já assinaram, 50, repito, mas há aqui, além de mim, por exemplo, os deputados Inácio Franco, Tadeu Martins Leite, Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho, André Quintão, Antônio Jorge, que preside a nossa reunião hoje, Antonio Carlos Arantes, do PSDB, João Vítor Xavier, do PSDB, Anselmo José Domingos, Arlete Magalhães, Bosco, Carlos Pimenta, do PDT, Celinho do

Sinttrocel, Celise Laviola, Cabo Júlio, enfim, 50 deputados de todos os partidos políticos da Casa já assinaram o manifesto. Mas, além desses partidos políticos, também já assinaram a Fiemg, a CUT e o MAB, assim como outros setores empresariais.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer isto: é um documento para consenso em Minas Gerais. É o que estamos propondo: defender a Cemig. Acredito que todos queiram fazê-lo. Se a Cemig for privatizada por meio dessas usinas, ela perderá 50% da sua capacidade de geração de energia. A Cemig deixará de ser competitiva. Se hoje já tem problemas, imaginem sem a geração de energia. E, deixando de ser competitiva, a Cemig corre o risco de não mais poder operar no sistema capitalista, em que nos encontramos hoje. A Cemig corre risco de morte com o leilão e a privatização dessas três usinas, que respondem por 50% da geração de energia da Cemig.

É inadmissível porque o objetivo do governo federal é meramente financeiro, ou melhor, meramente fiscal. Seriam arrecadados R\$11.000.000.000,00 para serem subtraídos do déficit anual de R\$169.000.000.000,00. Passaríamos a ter um déficit de R\$159.000.000.000,00. E o que seria resolvido com isso?

É como se o cidadão mineiro estivesse em sua casa, desempregado, mas ainda tivesse mantimentos. Mas, de repente, vende o fogão e não tem dinheiro para almoçar no restaurante. Como seus filhos vão viver se não tem o fogão para cozinhar? O pior é que, nesse caso, o governo federal quer vender o fogão de Minas, quer entregar – porque R\$11.000.000.000,00 são, na verdade, uma entrega – a joia da coroa mineira, que é a Cemig, fundada por Juscelino Kubitschek, tão defendida por Itamar Franco e tão adorada pelos mineiros.

Não é possível permitir que isso aconteça para se fazer um ajuste monetário em um déficit anual. Não podemos tentar acabar com o déficit vendendo empresas estatais, empresas dos Estados Federados. Isso peca contra o federalismo, tão defendido entre todos nós. É uma medida insana a privatização das usinas da Cemig, porque isso não vai resolver o problema do Brasil e ainda vai agravar o problema de Minas Gerais. Será que é vingança do presidente Temer contra Minas? Não consigo compreender o que leva a isso. Uma visão meramente financeira do ministro Meireles. A burocracia econômica não pode mandar tanto, não compreender a política e as questões sociais.

Há um agravante. Esses R\$11.000.000.000,00, deputada Marília Campos, assim diz o edital, serão transferidos para a conta do consumidor. Ou seja, quem ganhar o leilão e pagar R\$11.000.000.000,00 fará com que esses R\$11.000.000.000,00 sejam repostos a quem comprou essas usinas na conta de luz. O mineiro e a mineira passariam a pagar uma conta de luz muito mais cara. Conforme o cálculo que fizemos, a conta seria aproximadamente 3 vezes mais cara em um período de 20 anos, após a venda dessas usinas.

Os mineiros passariam a pagar três vezes mais caro. Só isso é suficiente para unir os deputados e as deputadas em torno da defesa da Cemig, que é o mote que me trouxe hoje à tribuna, assim como chamar todos os deputados.

Conversei agora com o deputado Gustavo Corrêa. Sei que há diferenças em relação ao procedimento passado ao qual ele faz críticas, assim como o deputado Gustavo Valadares, ao procedimento da presidenta Dilma. Alguns têm críticas em relação à Dilma de outra monta que não é só essa. Mas não é essa a questão que está posta. Conversava com o deputado Gustavo Corrêa e pedia para ler o texto de que lhe deixei uma cópia. Ele verá que o texto não toca nesse problema de responsabilidade, mas apenas faz um manifesto em que os deputados e as deputadas assinam em favor de que não haja leilão e a Cemig possa continuar com as suas usinas. É apenas esse o texto que estamos fazendo. Não tem problema se a oposição quer o outro texto e quer demarcar a posição. Isso é natural, e todo partido pode fazer. Depois, deputado Antônio Jorge, podemos fazer um do PT, mostrando o que pensamos desse procedimento e a culpa que achamos que o Anastasia teve nisso. Não importa. Nesse caso, cada um tem lá a sua análise histórica, política e científica. O fundamental, Valadares, é que tenhamos unidade em torno da defesa desse leilão.

Não quero brigar com V. Exa. sobre como foi no passado esse problema. Tenho uma opinião e V. Exa. tem outra. São opiniões distintas. Mas o fundamental agora é que nos unifiquemos em torno de um texto que seja apresentado ao ministro Dias Toffoli. É como fomos ontem. Foi bonita a reunião da Frente. O deputado João Vítor Xavier, presidente da Comissão de Minas e

Energia, só não foi porque não estava lá. Mas liguei para ele e fiz questão de convidá-lo. Estiveram lá conosco deputados de vários partidos da Câmara Federal, como o Subten. Gonzaga; a deputada Erika Kokay, do Distrito Federal; a deputada Jô Moraes, do PCdoB; deputados do PT, além disso, o presidente da Fiemg e a presidenta da CUT. Deixamos isso muito claro para o ministro Dias Toffoli. O governador Fernando Pimentel fez essa síntese e disse que, independentemente das posturas políticas e partidárias, há uma unidade de Minas em torno da Cemig.

Diante dessa unidade vimos chamar V. Exa., deputado Gustavo Valadares, como líder também da oposição nesta Casa, a se juntar a nós. Sei que já fazem há mais tempo a defesa da Cemig.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Serei breve, até porque acredito que ainda terei a minha oportunidade de fazer o meu pronunciamento antes das 15h30min, prazo que temos para terminar a reunião.

O que tem nos incomodado, deputado Rogério, é a falta de sinceridade – não sei se o termo seria esse – por parte – aí não vou personificar, mas partidizar – de alguns partidos, que, no início, levantavam a bandeira em defesa da Medida Provisória nº 579.

O deputado Rogério Correia\* – Medida provisória da presidenta Dilma.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Medida Provisória nº 579. O que nos tem incomodado é a ausência de uma palavra oficial desses partidos, em especial de um, que deveria dizer o seguinte: “Eu errei”. Na verdade, deveria fazer o mea-culpa, pois isso faz parte. O próprio PSDB agora está na televisão dizendo: “Eu errei, errei, errei. Vamos agora apresentar novas propostas”. Nesse caso da MP nº 579, para começarmos uma conversa na Assembleia bem franca, falta o partido – esse partido sobre o qual estou falando e o qual V. Exa. sabe – oficialmente dizer o seguinte: “Nós erramos. Fizemos lá atrás uma leitura apaixonada, porque éramos o partido da presidente da República, daquela que redigiu ou, pelo menos, assinou a medida provisória, e defendemos de forma cega, inapropriada e irresponsável naquele momento, mas, hoje, reconhecemos que erramos”. Se comessem assim, para nós, seria mais confortável estarmos juntos nesse documento. Na defesa dos interesses da Cemig, nós, do PSDB, do Democratas, do PTB, do PP e do PPS, sempre estivemos. Então, é isso que eu peço.

Esta é uma Casa política, deputado Rogério Correia, e, obviamente, estamos tratando de política. Há muitos anos, na edição da medida provisória, defendê-la nos deixou muito machucados, e as feridas ainda não cicatrizaram. Então, para começarem a cicatrizar essas feridas, era necessário que esse partido – que V. Exa. sabe muito bem qual é – dissesse: “Erramos. Fizemos uma defesa irresponsável, absurda e apaixonada de algo que foi feito pela nossa presidente e que prejudicaria e vai prejudicar demais a Cemig, Minas Gerais e os mineiros”. A partir daí, sentar-nos-emos em uma mesa e iniciaremos uma conversa.

Agradeço a V. Exa. o espírito democrático e o aparte.

O deputado Rogério Correia\* – É um prazer, deputado. Pedi a V. Exa. que focasse mais no conteúdo. Todos concordamos com a parte final mencionada por V. Exa. Existe um risco de prejuízo enorme para Minas Gerais, portanto, precisamos fazer com que isso não aconteça para não prejudicar o nosso Estado. Isso é fundamental, é o conteúdo. Estamos unidos. Isso é o que nosso texto diz.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Da mea-culpa.

O deputado Rogério Correia\* – Não se pode exigir que alguém faça mea-culpa em relação àquilo em que não acredita. Não posso pedir a V. Exa. para fazer uma autocrítica ao PSDB, porque sou do PT.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Mas estou falando sobre um caso concreto, sobre o caso da defesa da MP...

O deputado Rogério Correia\* – Não se pode pedir – se temos algo em comum agora, que vai ser favorável a Minas e sobre o qual há essa concordância –, que outros façam autocrítica daquilo que não considerem que erraram, como não posso pedir a V. Exa. que faça autocrítica de várias coisas em que no passado V. Exa. sempre acreditou.

Então, a ideia que estamos trabalhando é que nós, nesse ponto específico, façamos uma aliança tática, independentemente de partido. Isso não significa nenhuma aliança estratégica com V. Exa., nenhuma aliança partidária. V. Exa. continuará no PSDB, eu

continuarei no PT, o deputado Antônio Jorge continuará no PPS. Marcharemos separados, mas golpearemos juntos. Sabe quem dizia isso, deputado Antônio Jorge? Vladimir Ilitch, o Lenin. Ele dizia: “Continuemos marchando separados, mas golpeemos juntos”.

Nesse caso, julgo fundamental golpearmos juntos contra a privatização. Esse é o apelo que fazemos ao conjunto de deputados. Gostaria de reiterar que já conseguimos 50 assinaturas, e muitas são da oposição, incluindo a do deputado que preside esta reunião. Tenho a certeza de que chegaremos a um consenso na defesa da Cemig. Muito obrigado.

Presidente, permita-me só fazer um convite. No dia 18, estaremos lá, na usina, em São Simão, e seria importante contarmos com a representação de todos os partidos. Por exemplo, no caso de Furnas, cheguei a estar no palanque junto ao Aureliano Chaves, que tinha sido da ditadura militar. É claro que não falei com ele assim: “Aureliano, só estarei ao seu lado em defesa de Furnas se você fizer autocrítica da ditadura”. Não. Eu estava naquela época com Furnas.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares\* – Sr. Presidente, deputado Antônio Jorge, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o assunto da Cemig é muito interessante. Conversei agora com a deputada Marília Campos de maneira bastante informal. Nós, do PSDB – acredito que posso falar em nome do Democratas também –, desde o início, desde a edição da medida provisória, fomos contrários a ela por uma única razão: ela lesava o direito líquido e certo da Cemig de renovação de concessão automática de três usinas, que juntas geram, se não me engano, mais ou quase 50% da energia que a empresa produz no Estado.

Essa foi a razão, lá atrás, de, desde o início, batermos contrários à edição da medida provisória. Fomos tachados, àquela época, de ser contrários aos interesses da população, dos brasileiros. Porque, até então, a justificativa para a edição daquela medida provisória era que ela acarretaria a redução das tarifas de energia elétrica em todo o Brasil, fato que acabou realmente acontecendo por um lapso temporal muito pequeno, até outubro de 2014. Foi quanto Dilma aguentou se segurar para se reeleger e usou uma das medidas populares e populistas: a redução da energia. Logo em seguida, um mês, dois meses depois, houve um aumento astronômico das contas de energia elétrica de todos os brasileiros para pagarmos a conta dos equívocos, e por que não dizer do principal equívoco, que foi a edição dessa medida provisória. A energia, de uma vez só, subiu mais de, se não me engano, 50%, 40%, 30%, algo absurdo àquela época, e até hoje também. E nós, àquela época, porque estávamos contrários à edição daquela medida provisória, fomos tachados de inimigos do povo brasileiro – gostavam muito de falar isso, usar esse jargão. Isso hoje, deputado Rogério Correia, nos tem machucado, porque, como eu disse no aparte que fiz a V. Exa., essas feridas ainda não cicatrizaram. Nesse caso específico, iniciariamos a cicatrização dessas feridas se ao menos aqueles que àquela época defendiam a MP, que hoje não estão ao seu lado, tivessem condições de fazer a mea-culpa, a autocrítica nesse caso pontual.

Questão de ideologia, não se discute. Por exemplo, sou torcedor do Atlético, assim como o deputado Carlos Pimenta é torcedor do Cruzeiro. Não conseguiria e não conseguirei nunca trazê-lo para o lado alvinegro de Belo Horizonte ou de Minas Gerais, assim como ele não conseguirá fazer o contrário comigo. Questões de ideologia, de sentimento, estas não mudarão, mas, em termos práticos, de algo que já vimos, já está comprovado que lesará os interesses da principal empresa dos mineiros, lesará os interesses dos mineiros... Então, vale uma autocrítica. Isso faz parte. Aqueles que reconhecem os seus erros aprendem de maneira muito mais rápida. E, nesse caso, houve um erro gigantesco. Vou conceder um aparte a V. Exa.

Então, o que queremos é isso. Aí concederei o aparte a V. Exa., ainda temos muito tempo. A deputada Marília Campos me perguntou ali, e peço licença a ela para dizer o que conversamos enquanto V. Exa. estava na tribuna, deputado Rogério Correia. Ela disse: “Por que vocês não participam conosco desse movimento? Façam vocês um gesto maior em prol de Minas, deixem essa picuinha de lado, secundarizem”.

Aí eu disse a ela que, em vez de nos ajudarem a cicatrizar essa ferida, a viagem de V. Exas. ontem a Brasília acabou por machucar ainda um pouco mais, e vou lhe dizer por quê: eu não fui convidado a participar dessa viagem; o deputado Gustavo Corrêa não foi convidado a participar dessa viagem; o nosso Bloco Verdade e Coerência, institucionalmente, não foi convidado a participar

dessa viagem. O presidente da Comissão de Minas e Energia, que, por acaso, hoje é do PSDB, pode ter sido convidado, mas o bloco não foi, os partidos não foram, os líderes não foram. Aí se vê que é um direito que V. Exa. tem – é bom que fique claro –, mas ver V. Exa., no seu canal lá, dizendo: “Estamos aqui, a frente parlamentar...”, rodeado de uma deputada de quem gosto muito...

E abro mais um parêntese aqui: tenho um carinho enorme pela deputada Jô Moraes, fomos colegas aqui, e aprendi muito com ela. Mas o PCdoB também, àquela época, colocou-se a favor da MP e contrário a nós, que éramos contrários à MP. A CUT, com a sua nova presidente, que àquela época era presidente do Sind-UTE – não era presidente da CUT –, também era defensora ferrenha da medida provisória. Estavam lá apenas esses atores, deputado Rogério Correia. Então, em vez de nos ajudarem a cicatrizar essa ferida, os senhores e as senhoras, aqueles que lá estiveram ontem acabaram por nos machucar um pouco mais.

Agora não há dúvida de que, hoje, estamos todos do mesmo lado. Não há dúvida. Nós nunca mudamos. Sempre estivemos na mesma posição. Mas que bom que estamos todos hoje – acho que posso dizer isso em nome dos 77 parlamentares – do mesmo lado. Então, se V. Exa. quer mesmo que esse seja um movimento suprapartidário, hiperpartidário – mesmo que, aqui, alguns digam que a unanimidade é burra, nesse caso, acho que não –, unânime da Assembleia, nas próximas viagens ou manifestações ou sei lá o que essa frente vai fazer, que o façam de maneira suprapartidária e que todos sejam convidados.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Deputado, foi ótimo que pudemos conversar, hoje, mesmo que publicamente. Vou começar fazendo uma autocrítica. Não há problema em fazer autocrítica. Acho que todo político, toda pessoa, todo ser humano deve reconhecer quando erra e, se necessário, fazer autocrítica, de preferência publicamente. Essa autocrítica que V. Exa. me pediu, em segundo lugar, eu a faço. Realmente, não convidei o bloco de oposição. Então, faço autocrítica por não tê-lo convidado, embora tenha convidado o deputado João Vítor Xavier, como presidente da Comissão de Minas e Energia, e insistido com ele também, por ser do PSDB. Mas isso não tira a minha culpa de não ter feito o convite oficial a V. Exa., como líder da oposição. Faço autocrítica nesse caso e, ao mesmo tempo, como sinal de que a autocrítica não é apenas pedir desculpas, mas também mudar; tem de haver também o efeito prático, já convidei V. Exa., deputado Gustavo, de público, e os demais deputados desta Casa para estarem, dia 18, na Usina de São Simão, onde faremos um grande ato com todas as forças políticas da frente mineira, as quais estamos convidando, para barrar ou tentar barrar, colocar a posição unânime de Minas contra a privatização da usina. Então, dia 18, na Usina de São Simão, no Triângulo. V. Exa. está convidado. Faço questão de irmos juntos no avião.

Então, por não tê-lo convidado, ontem, está feita a autocrítica. V. Exa. tem toda a razão em fazer autocrítica e cobrança nesse caso.

Em relação ao segundo caso, queria discordar de V. Exa., porque não tenho a mesma opinião. Portanto, não posso fazer autocrítica, se não concordo que errei no passado.

Estive, por exemplo, no caso de Furnas, num palanque enorme, falei isso no final da minha intervenção. Como líder do PT, estive lá, ao lado de Aureliano Chaves, que tinha sido vice-presidente da ditadura militar. Não pedi Aureliano Chaves que fizesse alguma autocrítica de absolutamente nada, porque ali se tratava de defender Furnas.

Nesse caso específico, a medida provisória da presidenta Dilma foi editada exatamente, deputado, para adiantar um procedimento e permitir que a Cemig e outras empresas pudessem prorrogar por mais 20 anos o contrato, por considerar que não era automática a renovação, como pensava o governo do Estado, naquele momento, ou, pelo menos, era no mínimo questionável que isso fosse automático. Por isso, a presidenta Dilma antecipou o processo e editou a medida provisória, a que vários aderiram. No caso de Minas Gerais, por haver outra compensação, o governador Anastasia julgou que não era necessário ou que não era correto fazer. E não fez. Discordei dele, na época, e continuo discordando. Acho que, se ele tivesse feito isso, já teríamos prorrogado por 20 anos.

Agora, o governo Temer se utiliza exatamente disso para dizer: “Eu não vou prorrogar, porque o contrato não manda prorrogar”. O que demonstra, em meu entender, que a medida provisória da presidenta Dilma estava certa. Por isso, não faço autocrítica. Mas isso não é capaz de nos desunir, neste momento, que é o apelo que faço a V. Exa. Portanto, nesse caso, não faço

autocrítica, por não ter o mesmo entendimento de V. Exa. Autocrítica é uma questão de você concordar ou não com o fato de ter havido algum erro.

Então, peço a V. Exa. que, agora, faça como Lenin – ensinaram-no, nos tempos em que marchou, na Rússia, para derrotar os czares –, que marchou com os mencheviques. Como bom bolchevique, socialista – os mencheviques eram pequenos burgueses, burgueses, na época –, ele dizia: “Vamos marchar com os mencheviques. Separados; cada um marcha separado. Mas vamos golpear juntos”. É o que chamo V. Exa. para fazer agora.

O deputado Gustavo Valadares\* – Primeiro, agradeço-lhe o convite do dia 18. Levarei esse assunto ao nosso bloco, para que possamos fazê-lo com bastante peso, com muitos deputados presentes. Dia 18, não é isso? Já na semana que vem, na sexta-feira. Levarei esse convite oficial ao nosso bloco.

Voltando à MP, o que tem nos incomodado também – e peço a V. Exa. que nos ajude, não é uma perseguição pessoal – é ver hoje, como conselheiro da Cemig, aquele que foi o principal, senão um dos principais, responsável pela edição – vamos dizer assim – da medida provisória. O Sr. Nelson Hubner era, à época, diretor-presidente – acho que essa é a nomenclatura do cargo –, o cargo mais alto da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Ele e o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, o Sr. Márcio Zimmermann, foram os dois conselheiros de Dilma para a edição da medida provisória e para que não se prorrogasse a concessão das usinas da Cemig e fossem levadas a leilão, que é hoje o grande mote de toda essa movimentação que V. Exa. está fazendo com a nova frente parlamentar.

Então, tem nos incomodado o fato de esse senhor, que trabalhou tanto contra os interesses da Cemig, ser hoje conselheiro da empresa. Ele é conselheiro da Companhia Energética de Minas Gerais, tendo trabalhado contra os seus interesses há poucos anos, e recebe jetons altíssimos para vir a Minas uma vez por mês – imagino e torço para que seja assim – defender hoje os interesses da empresa. Será que, nesse caso, ele hoje defende algo que foi contrário ao que propôs na edição da medida provisória? O que me intriga, me chateia e me preocupa é termos hoje um inimigo da Cemig como conselheiro da mesma empresa, lá dentro, com assento no conselho de administração. Esse é outro ato que nos uniria e poderia dar início a essa união entre situação e oposição aqui, ou seja, que defendêssemos a saída do Sr. Nelson Hubner do Conselho de Administração da Cemig. Acho que esta é uma bandeira que caberia a todos nós: a bandeira de que o Sr. Nelson Hubner saia do Conselho de Administração da Cemig. Por quê? Foi ele, de forma clara...

Posso trazer aqui o presidente da Cemig à época, Djalma Moraes, que esteve com ele por diversas vezes, junto com outros diretores, pedindo: “Vamos estudar essa questão, vamos negociar a renovação da concessão das usinas”. E ele dizia: “Não, o mundo mudou. A Cemig precisa se adequar às novas realidades, ou à nova realidade”. Há fala dele clara com diretores e o ex-presidente da Cemig à época. Posso trazê-los aqui para fazermos uma acareação entre eles. Este seria outro aceno interessante: vamos todos trabalhar pela retirada do Sr. Nelson Hubner do conselho de administração da empresa. Ele trabalhou contra a Cemig àquela época. Como hoje pode ser conselheiro dessa empresa?

Enfim, há muitas contradições e algumas coisas que fazem com que essa ferida não se cicatrize, mas levarei ao bloco, deputada Marília Campos e deputado Rogério Correia, as sugestões de V. Exas., o pedido carinhoso da deputada Marília Campos, como foi feito, sempre carinhoso e generoso, e acho que ainda nesta semana poderemos ter um avanço sobre isso. Mas peço que também façam autocríticas a respeito do *modus operandi* da nova frente parlamentar recém-criada. Muito obrigado, presidente, deputados e deputadas.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é com muito prazer que volto a esta tribuna, de onde falei na semana passada, falei ontem e volto a tocar no assunto novamente. Todos os dias, de hoje em diante, em todas as reuniões desta Casa, em todas as comissões das quais eu participo e em todas as reuniões que este parlamentar participar em qualquer

lugar do Estado de Minas Gerais, vou continuar denunciando a falta de respeito, a sacanagem que o governo federal está fazendo com as regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Deputado Rogério Correia, o governo golpista do Michel Temer, todos os dias, traz uma péssima notícia para a população. Ontem, por exemplo, tentaram ressuscitar o aumento do Imposto de Renda. Já houve o presente do aumento dos combustíveis. Deputado Rogério Correia, todos os dias eles aumentam tributos, tiram direitos dos trabalhadores e passam a conta para o povo. Sabe por quê, deputado? É muito simples, é porque este governo golpista, esses 273 deputados que votaram para que eles permaneçam lá, só administram para 3% da população.

Vocês acreditam, deputado Rogério Correia e deputada Marília Campos, que eles tiveram a coragem de cortar os recursos do programa Leite pela Vida, que atende crianças pobres do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri? O programa Leite pela Vida, deputado Rogério, você sabe que foi criado no governo Lula, que repassava ao Idene e à Sedinor mais de R\$100.000.000,00, por ano, para comprar o leite dos pequenos agricultores e distribuir para as famílias pobres cadastradas no Bolsa Família, nas cidades do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri? Neste ano eles cortaram o programa, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – É muito retrocesso. V. Exa. está falando sobre o que cortaram no Norte de Minas e no Nordeste brasileiro, aliás, foram as regiões que mais ganharam com o presidente Lula. As regiões mais carentes e que mais necessitavam foram as regiões em que o presidente Lula investiu, e tinha de ser assim mesmo. Então acompanhei os investimentos, o Programa de Aquisição de Alimentos, o programa Luz para Todos, o Pnae, o programa Bolsa Família e o Prouni, nas universidades, com negros, mulheres. Foram tantos programas bons. Lembro-me de que atuamos juntos no Norte de Minas várias vezes, em várias campanhas.

Conheço o deputado Paulo Guedes – muitos não sabem – desde 1989, quando fui a Manga no 2º turno das eleições para fortalecer a campanha do presidente Lula, e o Paulo Guedes era, naquela época, líder estudantil, secundarista – não era, Paulo Guedes?

Ele já defendia a pauta dos trabalhadores e estudantes do presidente Lula. De lá para cá, foi impressionante como o Norte de Minas melhorou com as medidas sociais. Foi impressionante como o Norte de Minas gerou emprego e passou a ser visto pelo Brasil como uma região, assim como o Nordeste, que cresce e se desenvolve.

Às vezes, falam que o nordestino não sabe votar, que o pessoal do Norte de Minas não sabe votar porque vota com o estômago. O nordestino vota é com os programas sociais, vota com quem lhe deu prioridade. Acho que quem não sabe votar são os que votam contra os seus próprios interesses. O Norte de Minas vota com os interesses do Norte de Minas, o que é mais que correto.

Então, deputado, Paulo Guedes, os retrocessos têm sido muitos e rápidos. A cada dia há mais retrocessos. O que está acontecendo com o Brasil hoje é que estamos perdendo a soberania nacional. A Petrobras está sendo vendida, acabada, liquidada. Agora querem acabar com a Cemig. A soberania nacional está sendo liquidada em nome de um projeto que vem de longe, que vem dos Estados Unidos e da Europa.

Não é paranoia de quem é da esquerda, não. Esse problema é real. É impressionante como a soberania vai sendo liquidada. E isso não ocorre apenas no Brasil, mas em todos os países que têm governos populares.

Deputado, estou abismado ao ver a sanha deste governo golpista e como as elites conservadoras têm trabalhado nesse sentido. Há muito tempo eu não assistia a um jornal de televisão. Eu não gosto de assistir, porque eles dizem o que querem e não dão oportunidade a outras opiniões. Eles estavam metendo o pau na Venezuela, dizendo que ela é ditadora, e que o Temer também xingou o Maduro de ditador. Que voto teve o Temer para ser eleito presidente do Brasil? Voto algum! Agora vimos que o voto de alguns deputados foi comprado, para permanecer a mesma coisa. O Temer falando de ditadura na Venezuela, país que elegeu uma assembleia nacional constituinte agora? Por que não se faz uma votação no Brasil para haver uma assembleia nacional constituinte? É muito estranho, deputado.

O deputado Paulo Guedes\* – Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Quero aqui reforçar mais uma vez a todos que estão nos acompanhando pela TV Assembleia que já denunciei na semana passada, denunciei ontem e estou denunciando agora novamente: o governo golpista do Michel Temer tira o leite das crianças carentes do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Ele cortou os recursos do programa Leite pela Vida, que tinha repasses anuais médios de R\$100.000.000,00 para aquisição de leite do pequeno agricultor, beneficiado por laticínios cadastrados e distribuído nas periferias às famílias carentes. Este governo, com o apoio deste Congresso também golpista, desses deputados que votaram pelo “sim, sim, sim”, desses deputados que não estão ouvindo a voz das ruas, porque mantêm no poder um governo golpista, que é um vampiro, é um governo que tira leite de crianças pobres do Nordeste, que corta um programa fundamental para a nossa região. Para se ter ideia, dos R\$100.000.000,00 que o ministério repassa em média todos os anos, até agora, em oito meses – estamos em agosto –, foram repassados apenas R\$1.000.000,00. Cortaram o programa. Temos hoje um desabastecimento total em todas as regiões.

É por isso que quero cobrar, sim, da bancada federal por Minas Gerais, principalmente dos deputados que aprovam este governo. Ela precisa se reunir e se pronunciar, exigindo providências deste governo vampiro, deste governo que tira leite das crianças, deste governo chupa-cabra. Um homem que tem a coragem de cortar programas sociais como o Leite pela Vida não merece respeito.

A bancada federal de Minas, que está apoiando esse tipo de atitude, tem de se pronunciar; não pode aceitar esse desrespeito com as crianças do Vale do Jequitinhonha, com as crianças do Norte de Minas, com as crianças do Vale do Mucuri. É um programa de fundamental importância, criado no governo Lula, que melhorou a qualidade de vida nas regiões, melhorou o IDH, melhorou a saúde das nossas crianças. Nós tínhamos um grande índice de problemas de saúde. Hoje, com esse programa, houve melhora nesse índice.

O Leite pela Vida foi muito importante para melhorar a nutrição infantil nas famílias, além de gerar renda. O leite é comprado de pequenos agricultores, gera renda no campo, melhora a vida das famílias. Portanto, tirar R\$100.000.000,00 de um programa que atende famílias carentes, que atende crianças é um crime. Não podemos nos calar. Este parlamentar só vai se calar quando esse programa voltar a acontecer.

Deixo aqui mais uma vez a nossa cobrança incisiva. Vou continuar cobrando uma posição da bancada federal de deputados mineiros, que têm de se pronunciar e exigir que este governo golpista devolva os recursos desse programa tão importante.

É inadmissível, deputado Fabiano Tolentino, assistirmos calados ao governo retirar todos os recursos desse programa. E não existe desculpa de que não há dinheiro porque houve dinheiro para comprar voto, houve dinheiro para pagar emendas parlamentares antes da hora, há dinheiro para conceder o perdão de dívidas do agronegócio. Bom, 180 deputados do agronegócio foram beneficiados com o perdão de dívidas. Há dinheiro para os grandes, há dinheiro para os bancos, há dinheiro para fazer farra lá em Brasília, há dinheiro para propina, para corrupção, mas cortaram o dinheiro do leite das crianças do Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Vale do Mucuri. Não podemos ficar calados. Por isso quero uma posição da bancada federal de Minas Gerais. Isso é inadmissível. Enquanto estiver nesta tribuna, hoje, amanhã, em todas as reuniões públicas, diariamente vou denunciar esse golpe, vou denunciar esse absurdo, vou denunciar essa traição com o Norte, com o Jequitinhonha e com o Mucuri. Não podemos aceitar isso.

A bancada federal de Minas tem de se posicionar. Os senadores de Minas – Aécio Neves, Anastasia e Zezé Perrella – não vêm ao Estado, mas, pelo menos, poderiam tomar uma atitude em relação a isso, já que só ficam em Brasília e no Rio de Janeiro, no bem-bom. Tomem uma atitude, já que estão tão amiguinhos do Temer, do vampirão. Cobrem dele pelo menos o retorno do leite das crianças, cobrem pelo menos isso. Não podemos aceitar isso calados. Por isso quero, mais uma vez, cobrar da bancada federal. A bancada federal de Minas tem de se pronunciar, tem de ir ao ministro do Desenvolvimento Social, tem de ir ao presidente para saber por que esse programa tão importante para o desenvolvimento das regiões mais pobres de Minas foi cortado.

E não é só o programa Leite pela Vida. Ele retirou os recursos das cisternas, retirou os recursos das barraginhas, de vários programas que o sistema Sedinor-Idene vinha tocando. Não podemos ficar calados diante do que está acontecendo no País. A cada dia tiram direito dos trabalhadores, a cada dia rasgam a Constituição. Querem fazer uma reforma que só vai prejudicar os mais pobres.



Querem aumentar o tempo de aposentadoria do trabalhador para favorecer uma pequena minoria. Já rasgaram a CLT. Já tiraram o direito dos trabalhadores e agora querem tirar mais. Já aumentaram a gasolina, o óleo diesel, o gás de cozinha. Ontem já ensaiaram aumentar o Imposto de Renda. Enfim, todo dia há uma notícia ruim contra quem produz, contra quem trabalha para beneficiar uma pequena parte da Fiesp de São Paulo, para financiar os organismos internacionais.

Agora estamos vendo essa questão da Cemig e não podemos ficar calados. O golpista quer agora vender a Cemig e passar a conta para o consumidor. A proposta é clara. Estão pedindo R\$11.000.000.000,00 pelas usinas da Cemig. Quem vai comprar, será com certeza alguma multinacional, e a conta será paga pelo consumidor. Isso significa aumentar o preço da energia elétrica em Minas Gerais. Não podemos aceitar isso calados. Hoje, o governador Fernando Pimentel, de forma muito clara e objetiva, na entrega das academias e dos convênios com os municípios para o fortalecimento da área de esporte, fez um pronunciamento nesse sentido. Se isso acontecer, as contas de energia em Minas poderão dobrar. Não podemos aceitar isso calados. É um governo que só quer passar a conta para o trabalhador, e não podemos mais aceitar. Tem de cortar privilégios. Tem de enfrentar a realidade, mas não dessa forma, tirando sempre do lado mais pobre. Não podemos aceitar o corte do leite das crianças do programa Leite pela Vida, no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Fica aqui, mais uma vez, a indignação deste parlamentar. Todos os dias vamos voltar a esse assunto até haver um pronunciamento da bancada federal de Minas, dos deputados federais e dos três senadores – Aécio Neves, Anastasia e Zezé Perrela –, que estão lá, apoiam e apoiaram o governo golpista. Tiraram uma presidenta eleita e agora cortam os direitos do povo. Não podemos aceitar isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, acabei de sair da Comissão de Administração Pública, onde aprovamos um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 9.302, com o seguinte teor: “Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Administração Pública, o deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, inciso V, do Regimento Interno, que seja realizada audiência pública da Comissão de Administração Pública para debater o acórdão proferido nos autos do Incidente de Inconstitucionalidade nº 898.492, que tramita perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Trata-se de incidência contra a constitucionalidade do art. 20, ‘b’, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 84, de 2005, que disciplina a aposentadoria especial do servidor policial civil do Estado de Minas Gerais”.

Faremos, Sr. Presidente, uma grande audiência pública para discutir essa covardia que estão fazendo com os policiais civis de Minas Gerais. Por que uma covardia? Porque há policiais civis que se aposentaram desde 1993. Agora me aparecem S. Exas., os conselheiros do Tribunal de Contas, para reinventarem a roda e me arrumarem um acórdão de incidente de inconstitucionalidade para retirar o direito dos policiais civis, a integralidade da aposentadoria e a paridade salarial com o pessoal da ativa. É algo absurdo. Temos de nos agigantar.

Esta Casa aprovou a Lei Complementar nº 84. Fui relator do PLC nº 58, em 2005, que transformou a Lei Complementar nº 84, que tratava da carreira da Polícia Civil em Minas Gerais. Não podemos deixar que a Polícia Civil passe por momentos tão difíceis como este por que está passando com essa interpretação. Vamos fazer uma grande audiência pública, para a qual convidaremos o Sindpol, o Sindepominas, a associação dos delegados, a associação dos peritos e a associação dos escrivães de polícia. Ou seja, vamos mobilizar toda a Polícia Civil de Minas Gerais, todas as suas entidades de classe e sindicatos, os deputados federais por Minas Gerais e vamos fazer essa audiência pública. Não podemos nos calar neste momento. A Polícia Civil não pode ficar ao bel-prazer de interpretação – que chamamos em direito de *in malam partem* – que prejudique aqueles que já estavam com uma situação totalmente garantida.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que tive a felicidade de ser autor da Emenda Constitucional nº 77, promulgada pela Mesa da Assembleia no dia 17/7/2007, que também trata da aposentadoria especial dos policiais civis, com a garantia da paridade e da integralidade dos seus vencimentos.

Portanto, a Comissão de Administração Pública, na figura do seu presidente, deputado João Magalhães, vai marcar esta audiência pública. Vamos mobilizar toda a Polícia Civil de Minas Gerais, inclusive os deputados estaduais e federais, que queiram cerrar fileiras sobre esse assunto. Não podemos deixar que esse acórdão tenha essa interpretação por parte do Tribunal de Contas. É necessário que haja uma cobrança dura, firme, por parte do Poder Legislativo de Minas Gerais. É isso que vamos fazer em relação a essa matéria. Já foi aprovado o requerimento de minha autoria na Comissão de Administração Pública.

Gostaria de agradecer a oportunidade destes minutos que me foram concedidos para, da tribuna, trazer esta insatisfação, que é enorme em relação à posição dos conselheiros do Tribunal de Contas. Fico pensando de onde partiu essa maldade, se foi de um conselheiro ou de um técnico do Tribunal de Contas, porque é uma verdadeira aberração esse acórdão que foi proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Tenho certeza de que, se esta Casa se agigantar, se houver mobilização da classe política, teremos condições de reverter isso. Seja por meio de uma nova lei complementar, seja por intervenção dos deputados estaduais e federais. Mas isso não pode continuar. Existe a Emenda Constitucional nº 77, que certamente continua valendo para os policiais civis de Minas Gerais. E não há como aceitar calado e passivamente essa maldade que o Tribunal de Contas de Minas Gerais está fazendo com toda a instituição da Polícia Civil.

Com tudo isso, presidente, queremos dizer que essa audiência pública será realizada a quatro mãos. Convidaremos toda a Polícia Civil, os seus sindicatos e associações, e vamos trazer os deputados federais – deputado federal Subtenente Gonzaga, deputado federal Laudívio Carvalho, deputado federal Lincoln Portela e tantos outros –, todos os deputados federais que têm se preocupado com a segurança pública em Brasília, para ajudar no fortalecimento político, para que tomemos um rumo.

O jeito como esse acordo foi tratado no Tribunal de Contas, volto a repetir, foi um ato de covardia contra os policiais civis em Minas Gerais. Talvez, S. Exas., muitos deles com dois salários, um de conselheiro e outro de deputado, estejam lá em um mar de rosas, tranquilos e não viram o tamanho da maldade. Às vezes, a sala fria, o gabinete com ar-condicionado e as decisões de tecnocratas, do tecnicismo jurídico, exacerbado, leva a interpretações tão cruéis quanto essa. O Estado, na sua essência, foi criado para organizar a sociedade, para proteger, para dar melhor condição de vida para todos os cidadãos. Não é para fazer maldade nem para fazer crueldade. Esse acórdão do Tribunal de Contas do Estado foi um ato de covardia que S. Exas., na frieza do gabinete e do tecnicismo jurídico, fez com a Polícia Civil de Minas Gerais. Espero, deputado Fabiano Tolentino, que V. Exa. possa engrossar essas fileiras junto conosco. Imagine se V. Exa. fosse policial civil, tivesse tirado 30 anos de polícia, aposentado, e alguém chega e lhe fala que não vai receber o salário com paridade em relação ao pessoal da ativa, seu salário será menor. Imaginem a cabeça dessa pessoa, imaginem a insegurança que isso trouxe para os policiais civis da ativa, que agora têm que trabalhar mais 30 anos. Eu não sei qual foi a mente brilhante desse tecnocrata do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que tirou essa ideia da cartola. Eu não sei.

Mas quero dizer da revolta da Polícia Civil. Os policiais civis estão revoltados, de investigador de polícia a delegado-geral de polícia, peritos, escrivães, médicos-legistas, investigadores, subinspetores, delegados, todos estão revoltados com essa posição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Deve ser um tecnocrata frio, aquele moço que passou a vida inteira atrás de livros e se esqueceu que, do lado de cá, estão seres humanos. Policiais civis que trabalharam 30 anos no combate ao crime agora ficam nesse desespero.

Portanto, Sr. Presidente, queria deixar essas palavras. Acabamos de votar o requerimento, vamos marcar com o deputado João Magalhães uma data, para conciliar a vinda dos deputados federais por Minas Gerais. Não podemos nos calar. A Assembleia tem

que tomar providência, a Assembleia tem que fazer essa discussão, e a Polícia Civil de Minas Gerais não pode ficar prejudicada com essa decisão fria, cruel, covarde dos tecnocratas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/8/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 16/8/2017, Paulo Roberto Monteiro de Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Arthur Henrique Fernandes de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;

nomeando Guerino Cardoso de Oliveira, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Luciene Aparecida Norberto Alves Cruz, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira.

**TERMO DE CONTRATO Nº 78/2017**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: VJV Diagnóstico Volumétrico por Imagem Ltda. Objeto: prestação de serviço de assistência odontológica a deputados e ex-deputados contribuintes do Iplemg e a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.